

Esgoto despejado no Rio Apa preocupa a população

Como é do conhecimento da maioria da população belavistense, e motivo de muita preocupação, uma grande quantidade de esgotos residenciais da cidade tem como destino as águas do Rio Apa, cujo manancial abastece nada menos que duas cidades, Bela Vista Brasil e Bella Vista Paraguai, além de centenas de moradores ribeirinhos ao longo do seu curso.

Há vários anos temos acompanhado as promessas, os compromissos de palanque e até mesmo o lançamento de obras que, segundo seus autores, iriam solucionar definitivamente o problema do esgoto em Bela Vista e, o mais importante, acabar com a poluição que a cada ano atinge mais seriamente essa verdadeira dádiva da natureza que é o nosso Rio Apa. É bem verdade que ao longo desses anos, muita coisa foi feita, visando a solução do problema, como a implantação de vários quilômetros de rede coletora de esgoto, construção das estações de bombeamento e decantação (tratamento), às margens do Rio Apa e no bairro da Cancha, respectivamente, obras que, infelizmente, até agora não entraram em funcionamento, apesar do grande volume de dinheiro aplicado nos serviços.

Da forma como a implantação do sistema de esgoto sanitário de Bela Vista está esquecida, é bem provável que ninguém saiba quando ela terá continuidade e muito menos se será concluída ainda nesse milênio,

enquanto isso a rede coletora implantada na região central da cidade vem sendo utilizada como via de escoamento de águas servidas e de dejectos que, pelo que sabemos, vão cair diretamente no Rio Apa, provocando certamente a contaminação da água por diversas qualidades de bactérias nocivas à saúde, fato que dentro de muito pouco tempo poderá trazer consequências drásticas para as milhares de pessoas que se utilizam das águas do Rio Apa.

Fica o alerta às nossas autoridades, aos nossos representantes na Assembléia Legislativa do Estado e no Congresso Nacional (leia-se Deputados Federais e Senadores), o nosso Rio Apa vêm sendo a cada dia mais e mais degradado, graças a poluição que recebe através do despejo de esgotos e, se nada for feito a curto prazo, a tendência é o rio morrendo aos poucos, pois a densidade populacional dos dois lados da fronteira tende a aumentar ano a ano, aumentando também a quantidade de poluição nele despejada. Talvez essa seja



Vista do Rio Apa, cuja poluição do esgoto é cada vez mais intensa

também uma importante bandeira de luta por parte dos nossos Vereadores, que voltarão às suas atividades normais a partir do dia 15 de Fevereiro, acreditamos que entre os

vários assuntos importantes que nossos edis trarão a luz das discussões, a poluição do Rio Apa merece uma atenção especial. Voltaremos ao assunto.

Postos do BB para Municípios que ficaram sem Agência Bancária



O Deputado Saulo Queiroz (foto), discutiu esta semana com o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Paulo César Ximenes, a situação criada em vários Municípios do Estado com o fechamento de Agências do HSBC, antigo Bamerindus. Na oportunidade o Deputado ressaltou, principalmente a situação crítica em que ficarão cerca de 18 Municípios onde o HSBC era a única agência existente, situação, por exemplo de Anastácio, Coronel Sapucaia, Rochedo, Rio Negro, Novo Horizonte do Sul, Anaurilândia, Tacuru, Vicentina e Bandeirantes. **Página-02**

1ª Dama de Caracol consegue aumento do número de Cestas Básicas

O trabalho da incansável 1ª Dama Catarina teve neste início de 1998, o reconhecimento da CONAB/SUREG/MS, com o aumento de 41 cestas básicas, passando portanto com essa contemplação de 381 para 422 o número de famílias beneficiadas com o Programa. **Página - 08**

FNS descobre Focos do Mosquito da Dengue em Caracol

Em visitas de rotina e educação denominadas de LI (Levantamento de Índice), os funcionários da Fundação Nacional de Saúde em Caracol, sob a coordenação do Agente de Saúde Carmelindo de Oliveira, foi detectada a existência de Focos (larva) do mosquito transmissor da Dengue.

DENGUE - É uma doença transmitida pelo mosquito Aedes Aegypti, seu período de incubação é de 8 a 10 dias, ela pode se manifestar de forma benigna ou hemorrágica.

SINTOMAS DA DENGUE

Dores de cabeça e nas articulações, fraqueza, falta de apetite, febre e em alguns casos, manchas avermelhadas na pele. Se você sentir alguns destes sintomas procure orientação de seu médico ou a FNS no Centro de Saúde. Lembre-se o doente deve ficar em repouso, beber muito líquido e só usar medicamentos para aliviar dores ou febres. Mas atenção!!! Não devem ser usados medicamentos à base de Ácido Acetilsalicílico, como a Aspirina e o ASS, entre outros porque favorece o sangramento.

Maneiras simples de se evitar o Mosquito Transmissor da Dengue: Evite depósitos que acumulem água em seu quintal, copinhos plásticos, latas, pneus, garrafas, etc, caixas d'água e poços, devem estar sempre tampados.

O Agente de Saúde é seu amigo, ele procura larvas do mosquito, recipientes que acumulam água e aplica substâncias preventivas contra a Dengue, receba o bem em sua casa e lembre-se ele é inimigo da doença.

Oscar Goldoni reivindica Posto Telefônico para Rancho Queimado em Caracol

Atendendo a solicitação da comunidade caracolense, através de sua representante D. Genilce Ferreira Leite, o Deputado Federal Oscar Goldoni, solicitou ao Presidente da TELEMS, Wolney Arruda, a possibilidade de implantação de Posto Telefônico para atender a região do Rancho Queimado. **Página-08**



Deputado Federal Oscar Goldoni

Mudanças no ensino fundamental são bem aceitas pelas Prefeituras Página-05

Escândalo em Caracol Desvios de verbas e mutretagem

Pedro Pedreira

O mar não está prá peixe nem para navegante lá na querida Caracol, está mais para "El Niño", com ameaças de furacões e maremotos, tudo indica que uma BOMBA, prá lá de atômica, está prestes a explodir na pacata e hospitaleira cidade. Fique frio, leitor, o PP explica:

Semana passada, na capital, conversando com um distinto, ligado as coisas da JUSTIÇA, o mesmo informou, em off (no segredo) que o Inquérito para apurar desvios e mutretagens na Administração do ex-Prefeito Cícero, envolvendo entre "outras cositas" cobranças do ITBI já foi encerrado. Fala-se em mais de R\$ 700 mil reais de desvios. Muita gente envolvida, não vamos e nem poderíamos citar nomes, mas que a cobra vai fumar, ah! Vai. E como vai.

Barbas de molho minha gente. A JUSTIÇA vai se pronunciar!!!

Farmácia de Plantão
24/25 - DROGARIA DROGALINE... Sr. Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA-MS

ATOS DO PODER EXECUTIVO Nº 002/98 - EXECUTIVO MUNICIPAL

RESOLVE: CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES:

À Servidora, LOURDES APARECIDA CUNHA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 97/98 a partir de 02.01.98 à 31.01.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 192/98 de 09.01.98).

À Servidora, ODENIR CENTURIÃO GONÇALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 97/98 a partir de 16.12.97 à 14.01.98, de acordo com o disposto no artigo 129 da Lei nº 5452, de 01.05.43, da CLT. (Port.º 193/98 de 09.01.98).

À Servidora, LIVRADA FERREIRA OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 97/98 a partir de 02.01.98 à 31.01.98, de acordo com o disposto no artigo 112 do Decreto Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 194/98 de 09.01.98).

Ao Servidor, MARCOS CÂMARA DE MORAES, Secretário de Viação e Obras, lotado na Secretaria de Viação e Obras, referente ao período de 97/98 a partir de 02.01.98 à 31.01.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 196/98 de 09.01.98).

À Servidora, CASTORINA LUIZ VEIGA AJALA, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 96/97 a partir de 02.01.98 à 31.01.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948 de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 197/98 de 09.01.98).

À Servidora, MARIA CLÁUDIA DE SOUZA, Assistente de Administração, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período de 96/97 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 197/98 de 09.01.98).

A Servidor, DACOBERTO BLINI COSTA, Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Educação, referente ao período de 96/97 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 198/98 de 09.01.98).

À Servidora, MARIA JOSÉ NUNES CORRÊA, Assessora, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 97/98 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 199/98 de 09.01.98).

À Servidora, TEREZA CORRÊA MARÉCO, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 96/97 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 200/98 de 09.01.98).

Ao Servidor, MONCLAR ROSA CORRÊA FILHO, Assessor, lotado na Secretaria de Fazenda, referente ao período de 97/98 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 201/98 de 09.01.98).

Ao Servidor, MARCONDES MARÉCO, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, referente ao período de 96/97 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 202/98 de 09.01.98).

Ao Servidor, VÍTOR HENRIQUE, Assessor, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período de 97/98 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 203/98 de 09.01.98).

À Servidora, ROSÂNGELA APARECIDA TORRES, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período de 96/97 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 204/98 de 09.01.98).

com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 204/98 de 09.01.98).

À Servidora, VERIANA RAMONA TORRES, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 95/96 a partir de 05.01.98 à 03.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 205/98 de 09.01.98).

À Servidora, SENONA FIGUEREDO DA ROCHA, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 96/97 a partir de 06.01.98 à 04.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 206/98 de 09.01.98).

À Servidora, EMILIANA CORONEL PAREDES, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período de 96/97 a partir de 06.01.98 à 04.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 207/98 de 09.01.98).

À Servidora, JACINTA HOFFMEISTER, telefonista, lotada na Secretaria de Administração, referente ao período de 96/97 a partir de 06.01.98 à 04.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 208/98 de 09.01.98).

À Servidora, MARIA CONSUELO ALMEIDA DA CRUZ, assessora, lotada na Secretaria de Promoção Social, referente ao período de 97/98 a partir de 12.01.98 à 10.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 209/98 de 09.01.98).

Ao Servidor, ARNANDO ROSA DA ROCHA, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Promoção Social, referente ao período de 96/97 a partir de 12.01.98 à 10.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 210/98 de 09.01.98).

Ao Servidor, MARCOS ELIAS RIOS DA CRUZ, Chefe do Gabinete, lotado no Gabinete, referente ao período de 97/98 a partir de 20.01.98 à 18.02.98, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei nº 948, de 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 214/98 de 16.01.98).

NOMEAR:
MANOEL GOMES CARVALHO, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, padrão I, classe A, referência 01, do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Bela Vista, a partir de 05.01.98, em decorrência de sua aprovação no Concurso Público de Provas e Títulos realizado em 19.10.97. (Port.º 090/98 de 05.01.98).

EXONERAR A PEDIDO:
INÁCIO RODRIGUES, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, padrão I, classe A, referência 01, lotado na Secretaria de Viação e Obras, do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal, a partir de 16.01.98, de acordo com o disposto no artigo 48 da Lei nº 19.04.93, do Estatuto. (Port.º 213/98 de 16.01.98).

RETIIFICAR:
A Portaria nº 071/98 do dia 05.01.98, onde lê-se: ARAMIS MEDEIROS DE PROENÇA NETO, leia-se: ARAMIS MEDEIROS DE PROENÇA JUNIOR.

REVOGAR:
A Portaria nº 047/98, de 05.01.98. (Port.º 212/98 de 16.01.98).
Bela Vista-MS., 19 de Janeiro de 1998.
JOSÉ GARIBALDI DA ROSA NETO - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/98/GP. GABINETE DO PREFEITO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Alterar, a comissão municipal de alimentação, visando a distribuição de gêneros alimentícios, para as famílias carentes deste Município, em cumprimento a determinação do Excelentíssimo Presidente da República, vinculada ao Prodeá-II, composta dos membros abaixo, sob a presidência do primeiro:
PREFEITURA MUNICIPAL
Marcos Elias Rios da Cruz - Presidente
RG. 031.131 SSP/MS; CIC. 146 778 061 87
CÂMARA MUNICIPAL (SITUAÇÃO)
Ildefonso Pinheiro - Membro
RG. 280052 SSP/MS; CIC. 357 329 201 10
CÂMARA MUNICIPAL (OPOSIÇÃO)
João Kalife - Membro
RG. 090850920-1 SM; CIC. 006826671-53
ASSOCIAÇÃO DA B.FLUMINENSE
Floriano Risaldi - Membro
RG. 074.474/SSP/MS; CIC 200832241-53
LOJA MAÇÔNICA ESTRELA DO APA
Hamilton Souza Andrade - Membro
RG. 090857220-9 MEX; CIC. 006829771-87
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
Leopoldina Lino Moraes - Membro
RG. 975.708 SSP/MS; CIC. 105 666 601 30
ROTARY CLUBE
Luiz Carlos Rahal - Membro

RG 6.448.396 SSP/MS; CIC 091.030.661-34
LIONS CLUBE DE BELA VISTA
Celso MG Bahta - Membro
RG 125.521 SSP/MS; CIC. 089 259 331/87
BANCO DO BRASIL S/A
Getúlio Lino Filho - Membro
RG 12.144 SSP/MS; CIC 108 087 361 91
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS PRIMAVERAS
Altair Dias - Membro
RG. 291146 SSP/MS; CIC 200 902 691-87
CUM PRA - S E
Bela Vista-MS, 20 de Janeiro de 1.998
JOSÉ GARIBALDI DA ROSA NETO - Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1042, DE 08 DE JANEIRO DE 1998

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames oftalmológico nos alunos da 1ª a 8ª Séries da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica obrigatório na rede municipal de ensino, no primeiro bimestre do ano letivo, a realização de exame oftalmológico nos alunos que cursam da 1ª a 8ª Série do primeiro grau.

Parágrafo 1º - Os exames a que se refere o "caput" deste artigo, serão realizados somente nos alunos que apresentem sintomas característicos de problemas de visão.

Parágrafo 2º - O Poder Executivo Municipal, deverá regulamentar os critérios de triagem disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º - As despesas para execução da presente Lei, correrão por conta do orçamento do município para o exercício de 1998.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista, 08 de janeiro de 1998

JOSÉ GARIBALDI DA ROSA NETO - Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1043, DE 08 DE JANEIRO DE 1998

"Dispõe sobre denominações de vias públicas e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, APROVOU, E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - As vias públicas abaixo relacionadas, localizadas no bairro Água Doce, passam a ter as seguintes denominações:

a) A via pública entre as quadras nºs 406,401,395,387,359,347,329,310,292,272 e 246 passa a denominar-se RUA POLICARPO MEDEIROS.

b) A via pública entre as quadras nºs 407,402,396,388,374,360,348,330,341,293,273 e 274 passa a denominar-se RUA SÃO GERALDO.

c) A via pública entre as quadras nºs 408,403,397,389,375,361,349,331,312,294 e 248 passa a denominar-se RUA PEDRO CHAMORRO.

d) A via pública entre as quadras nºs 404, 398, 390, 376, 362, 350, 332, 313, 295, 275 e 249 passa a denominar-se PANTALEÃO RAMOS.

e) A via pública entre as quadras nºs 405, 399, 391, 377, 363, 351,33,314,296,276,251 e 250 passa a denominar-se RUA LAURO PIRES.

f) A via pública entre as quadras nºs 400, 392,378,364,351A, 334, 315,297,277, 253 e 252 passa a denominar-se RUA ALADINO BERNAL.

g) A via pública entre as quadras nºs 1675, 380,336,317,299,259,258 e 257 passa a denominar-se RUA AMAZONAS.

h) A via pública entre as quadras nºs 253,256 e 259 passa a denominar-se TRAVESSA ALEXANDRE TORRES.

i) A via pública entre as quadras nºs 306,307,308,309,310,341,312,313,314,315,316 e 317 passa a denominar-se RUA PEDRO AJALA.

j) A via pública entre as quadras nºs 366,367,368,369,370,371,372,373,374,375,376,377,378 e 379 passa a denominar-se RUA OTÁVIO LOUREIRO DE ALMEIDA.

l) A via pública entre as quadras nºs 381,382,383,384,385,386,387,388,389,390,391,392 e 393 passa a denominar-se RUA LIBERATO BENITES.

m) A via pública entre as quadras nºs 394,395,396,397,398,399 e 400 passa a denominar-se RUA FIDENCIO PRATES.

n) A via pública entre as quadras nºs 401,402,403 e 405 passa a denominar-se RUA ENGRACIA BRITES.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a mandar confeccionar as placas de denominação com verbas do orçamento se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista-MS, 08 de Janeiro de 1.998

JOSÉ GARIBALDI DA ROSA NETO - Prefeito Municipal

EXPEDIENTE

Jornal Tribuna da Fronteira

FUNDADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 1972

Propriedade da Gráfica & Editora Apa
CGC: 03.201.266/0001-90 - Ins. Est. 28.059.232-9

Diretora: Maria Estela Velásquez Pereira
Editor: Ivaldo Pereira

Reportagens: Ubaldino Rodrigues, André Ávalos,
Toninho Ruiz e João Carlos Velásquez

Redação e Administração e Parque Gráfico:
Avenida Tribuna da Fronteira, 564 - ☎(067)439-1410 - FAX 439-1544 - Caixa Postal 23 - CEP: 79.260-000 - Bela Vista/MS

As opiniões emitidas nas matérias assinadas não representam necessariamente a opinião do Jornal, sendo de responsabilidade de seus autores

REGISTRO NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Nº 1.066

ASSINATURAS:

Exemplar: RS 0,50 Assinatura Trimestral: RS 25,00
Assinatura Semestral: RS 50,00 Assinatura Anual: RS 90,00

FILIADO À ADJORI e ABRAJORI

Participação Popular nos Governos Municipais ou a divisão de responsabilidades?

Brigam as Comadres

Por Márcio Simões de Souza
Professor da UFMS Três Lagoas

Muito se tem falado atualmente na participação popular. É de se estranhar que paralelamente a estas experiências de participação estejamos vivendo a falência das prefeituras, fruto não só de alterações tributárias e de novas atribuições decorrentes da Constituição de 1988, bem como do não empenho dos governos municipais na cobrança efetiva dos tributos de sua responsabilidade e de desmandos de várias gestões.

Mas, efetivamente, o que tem ocorrido nas experiências de gestão participativa? Orçamento participativa? Gestão da saúde? Gestão da educação? Conselhos Populares?

O fato é que estão esgotados os modelos de intervenção na economia pelos Governos Federal e Estadual como alavancadores do desenvolvimento, que se deu anteriormente calcado em grandes obras com financiamentos externos, ou mesmo pelo redirecionamento de recursos que deveriam ter mantidos em funcionamento os sistemas de educação, saúde, transportes, etc, prevendo inclusive o aumento de sua demanda para atender o crescimento populacional decorrente do aumento da expectativa de vida bem como da taxa de natalidade que, embora decrescente ainda coloca um grande contingente de pessoas que necessitam dos serviços públicos.

Passamos a ver o Governo Municipal ser atropelado por esta perspectiva, bem como por uma avalanche de "novas" responsabilidades em termos de saúde e educação, sem a respectiva contrapartida financeira dos Governos Federal e Estadual, e tendo ainda que assumir a liderança do desenvolvimento econômico de suas regiões com vista a atender as necessidades de emprego, num momento onde o modelo industrial está esgotado em termos de criação de empregos, e todos os Municípios concorrem entre si em

busca de suas vocações na área de serviços.

As experiências que temos visto são mais para dividir a responsabilidade do poder público que hoje não pode atender efetivamente as demandas, do que de participação propriamente dita em termos de divisão de poder. Um princípio básico da Administração é que não podemos falar em dividir responsabilidade sem delegarmos a respectiva autoridade, o poder.

Será o "cidadão" chamado a votar pela criação ou de uma creche, ou de uma escola, ou de um posto de Saúde, ou de asfalto, ou de transporte para estudantes, numa vila implantada longe dos seus locais de empregos, sem a infra-estrutura necessária? O correto seria, para garantir o mínimo de condições de vida, não escolher pelo "ou" mas sim pelo "e" destas em detrimento do "ou" de outras esferas do Governo que não se constituem obviamente interesse da maioria.

E como fazer?

Será o "cidadão" chamado a votar pelo aumento dos impostos, pela melhor fiscalização/tributação mais adequada do IPTU, o ITBI, o IPVA e o ISS, tributos de competência do Município, ou de estabelecimento de convênios com o Governo Federal e Estadual para evitar a evasão do IR, do IPI ou do ICMS?

Será o "cidadão" chamado a cortar as despesas com transporte de estudantes, a cortar pessoal para merenda escolar ou professores, a cortar pessoal e medicamentos de postos de saúde?

Participação é divisão ou talvez entrega do poder.

Estarão os Prefeitos ditos como democráticos dispostos a cortar despesas como subsídios, verbas do seu gabinete, viagens de avião, salários de Secretários, transferências para a Câmara, caso a participação popular aponte para isso? Estarão dispostos de, ao invés de conservar o asfalto do centro e das grandes avenidas, empregar

o recurso tapando buracos e melhorando as vias da periferia, melhorando/ampliando as redes de água, esgoto e galerias pluviais, melhorando a merenda escolar, auxiliando com financiamento a baixo custo e apoio técnico a pequenas e microempresas que se instalam ou já existem nas vilas, gerando mais empregos para as classes mais pobres?

Estarão dispostos a discutir os financiamentos de longo prazo, cujo conta só começará a ser paga na próxima gestão, que comprometerão mais a situação do Município, onde teremos como única alternativa o aumento de imposto?

Assistimos ainda a fala: esta obra é a fundo perdido, se não utilizarmos outros a utilizarão. E temos a construção de obras que importantes do ponto de vista da classe média e das elites, ou mesmo do ponto de vista da população mais pobre, não constituem a sua prioridade, levando no futuro a obrigatoriedade de sua utilização, como novos aumentos de despesas através de funcionários para a sua implementação, para sua conservação, para reformas, etc.

Mas, depois de feita, o que resta a Prefeitura?

Utilizá-las convenientemente, conservá-las, mantê-las, reformá-las, mesmo que lamentando e criticando administrações passadas; e lá se vão as verbas da saúde e da educação e novos aumentos de impostos.

Enfim, a participação popular é um processo pedagógico que tem que ser iniciado, mesmo que hoje o "cidadão" só seja chamado para dividir a responsabilidade ou mesmo para fazer através de trabalho voluntário o que o poder público não está sendo capaz de suprir, mas que leva num futuro a uma conscientização desta população, que com certeza deixará de discutir o que é periférico e passará a discutir o que efetivamente lhe interessa: o destino adequado a ser dado aos tributos que são pagos com sacrifício de todos.

A questão da reserva legal

A Constituição Federal de 1988, veio impor ao imóvel rural, uma utilização tal que atinja uma função social. Utilização essa, dentre outros, que respeite a legislação ambiental.

Por sua vez, a Lei Nº 4.77/65, introduziu, dentre outros, o dever do proprietário rural manter uma reserva florestal em percentual de cada imóvel rural, variável de acordo com a região em que se situe ou da cobertura florística existente. As alterações posteriores a essa norma, veio a exigir a averbação dessa reserva legal no registro imobiliário de cada imóvel e, mais recentemente, o dever de reflorestamento das áreas devassadas dos imóveis que não mais garantem esse percentual mínimo, em prazo relativamente longo - hoje, de vinte e cinco anos.

No tocante ao tema, tem-se discutido se poderia o Estado exigir o reflorestamento, preservação das áreas intocadas, da propriedade privada, inclusive, com dever de preservar, sem que implicasse em incompatibilidades constitucionais (com as Cartas de 1946; 1969 e 1988), ou se ainda devem os proprietários rurais suportar as conseqüências da aplicação do Código Florestal e alteração posteriores.

Em razão dessas exigências, pelo menos duas outras questões passaram a orbitar as preocupações dos produtores rurais, face a má interpretação que têm

dado os órgãos públicos notadamente a Receita Federal e o INCRA.

O INCRA, nas vistorias realizadas nos imóveis rurais no Estado, insiste que estão sujeitos à expropriação para reforma agrária, aqueles que não tenham a reserva legal averbada. Ledo engano. É que a Constituição Federal, no Art. 185, declara insuscetível para tal fim o imóvel produtivo. Logo, não faz qualquer menção ao imóvel que não cumpra a legislação ambiental, que integra o conceito de função social, da qual a produtividade, no máximo, é espécie.

Por outro lado, de como a reserva legal - e também a área de preservação permanente - não integram a base de cálculo do ITR, eis devem ser destacadas na declaração respectiva. Para isso, a Receita Federal mais uma vez inovou e, irregularmente, via Introdução Normativa, a de Nº 67/97. Quer que a declaração do proprietário só tenha valor, caso o proprietário, seis meses depois da entrega, obtenha do IBAMA um chamado ATO DECLARATÓRIO, que reconheça aquelas dimensões declaradas. Pena de desconsideração do declarado.

Referida exigência é inconstitucional. Não só porque impõe um dever ao contribuinte, não derivado de Lei, ferindo assim ao princípio da legalidade, mais ainda porque a pró-

pria Lei que trata da matéria (9393/96), expressa solução para o caso, ao aceitar a declaração do proprietário no Art. 10, mas resguarda à Receita, através de procedimento fiscalizatório, conferir a exatidão das declarações prestadas, no Art. 14 como aliás, de resto existem em todo o sistema nacional, em tributos dessa como aliás, de resto existe em todo o sistema tributário nacional, em tributos dessa natureza de lançamento.

Mediante todas essas ilegalidades, de modo algum os produtores poderão pactuar, e que por isso levará a FAMASUL a inexoravelmente interpor medidas judiciais acaso não haja o bom senso das autoridades, revendo duas atitudes.

Independente disso, impõe-se promover ampla adaptação dessa questão à realidade moderna e entendimentos mais racionais de preservação.

É preciso, pois, que se adote no País, sistema de preservação mais consentâneos com povos mais desenvolvidos, criando-se reservas florestais regionais, de modo a permitir que nos locais propícios à agricultura e pecuária, se extraíam da terra todas as suas potencialidades, agrupando-se outras, em extensões maiores de preservação em áreas que permitam a manutenção do ecossistema.

(Na Lida Rural)

Por Fausto Mattio Grosso - Presidente do PPS/MS

O episódio do pagamento de R\$ 75 milhões à Construtora Andrade Gutierrez e o subsequente empurrar-empurrar de responsabilidades, via mídia, entre as principais lideranças políticas do Estado é uma bela amostra das perversidades com que nossos governantes tratam Mato Grosso do Sul.

Provavelmente os dois estão certos, pois, como diz o ditado, "quando brigam as comadres, é aí que se sabe as verdades".

O fato concreto é que o pedrismo e aqueles que se esgotam no anti-pedrismo são duas fazes da mesma moeda.

Produziram o que de bom e o de ruim existe em nosso Estado, e a resultante dessa intervenção foi a transformação de uma unidade federativa, que nasceu para ser modelo, em um Estado insolvente, que só exhibe vitalidade, interesseira, nos anos eleitorais.

Fora disso, nenhum foi capaz de gerar um projeto de desenvolvimento consistente e duradouro.

Ao contrário dos estadistas, pensaram apenas em seus períodos de Governo, quando tanto.

Brigam como patronos do futuro, mas representam as formas mais antigas de governar e de fazer política.

O resultado disso é um Estado com péssimo serviço público, estagnado na sua economia, com sérios problemas de infra-estrutura, e com uma sociedade desiludida.

Mato Grosso do Sul, entretanto, tem jeito, desde que troque suas lideranças e inaugure um novo processo político que se inspire na sociedade e com esta compartilhe, democraticamente, os objetivos e as responsabilidades.

Um belo exemplo de mudança, no qual podemos nos inspirar, é o do Ceará.

De um Estado dos mais problemáticos, na região mais problemática do Brasil, transformou-se hoje em uma referência nacional.

Após derrotar as oligarquias, Tasso Jereissati e Ciro Gomes são hoje líderes de um Estado que ganha prêmios internacionais na educação, na assistência à infância, na saúde pública.

Isso foi possível porque forjaram um projeto de longo prazo, com a participação direta da sociedade através do Pacto de Cooperação do Ceará.

A partir disso foram transformando ameaças em oportunidades, resolvendo os problemas das diversas cadeias produtivas e animando os agentes econômicos e sociais para o salto no desenvolvimento.

Aqui em Mato Grosso do Sul está posta a necessidade de ousadia semelhante.

Quebrar cadeias e, com responsabilidade, construir uma nova política capaz de gerar desenvolvimento e renovar esperanças.



SOPA DE LETRAS

Paschoal Mitidieri

Esta página circula sob a responsabilidade da Mity Propaganda

Churrasco Beneficente

No dia 25 de Janeiro, com início às 12 horas, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, estará realizando um suculento churrasco, no Grêmio Pedro Rufino, em prol da construção da Creche Sara Nossa Terra.

Colabore

Com esse evento e adquira seu convite nos principais pontos de vendas da cidade: Rádio Bela Vista, Secretaria da Comunidade Evangélica-Sara Nossa Terra, Panificador Cínderela, Beth Livraria, Supermercado Arco Íris, O Pastelão, Marrua Jeans, Endo Moto, DC Tênis e Lingerie e Progéria São Sebastião.

O Convite

Custa apenas 3 Reais. Ajudando na construção da Creche, você estará contribuindo com o desenvolvimento do nosso Município "As crianças de hoje, são o futuro de amanhã". JESUS TE AMA.

Baile do Hawaii

No dia 23 de Janeiro, aconteceu no Hotel Pousada da Fronteira, o Baile do Hawaii, com a animação da Super Banda Studio 90.

Baile

Do Hawaii no dia 30 de Janeiro, o Clube do Laço Retiro Caracol, será palco para o grandioso Baile do Hawaii, em prol do Hospital Rita Antônia M. Godoy, com início às 22:00 horas. Reserva de mesas no Hospital.

A Banda

UNS e Outros prometem sacudir a Cig: É válido lembrar o apoio do Deputado Estadual Waldemir Melo.

6º Encontro de Clubes de Laço

Nos dias 22 à 25 de Janeiro, aconteceu no Clube de Laço Fluminense José Pereira o 6º Encontro de Clubes de Laço, com extensiva programação.

No dia 24

De Janeiro (Sábado) o Grupo Pantanal animará a festa em grande estilo. Marque na Agenda!

FLAGRANTE



Sr. Ordalino-Procurador Geral da Justiça, Dr. Heitor Miranda dos Santos, Zeca do PT, Professora Ivone, Altino e Toninho, em dia de Encontro do PT na cidade de Porto Murinho.

Instrutor Hiato



O Instrutor Hiato, da Associação de Capoeira Bahiana - Mestre Guerreiro, tirou o 3º Lugar no Campeonato Brasileiro de Capoeira, na cidade de Umuarama-Paraná, realizado no dia 17 de Dezembro do ano passado.

Já no dia 10

De Janeiro do corrente ano, Hiato participou do Curso de Capoeira Angola, na cidade de Presidente-Prudente, no Estado de São Paulo. Parabenzamos o atleta Hiato que tanto tem feito pelo nosso Esporte, em especial na

Posando para esta coluna



O dinâmico Prefeito da cidade de Caracol-Dilmar da Silva Leite, ladeado pelo Engenheiro Civil Dr. Fernando Jorge de Barros e pelo Arquiteto da Caixa Econômica Federal Dr. Adeil Marcelo Pirani. Esta foto cheira a asfalto.

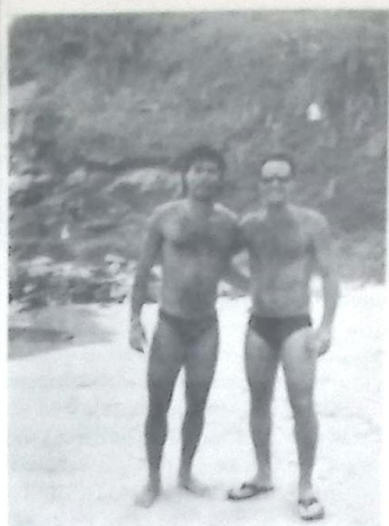
Aniversariantes

- Dia 02/12/97 - Luiz Carlos Poitevin Pereira
 - Dia 04/12/97 - Andréia da Silva Leite
 - Dia 09/12/97 - Thirson Ferreira Leite
 - Dia 09/12/97 - Martinha Ifran Amarília
 - Dia 10/12/97 - Beta
 - Dia 11/12/97 - Maria Nilce Alves Nunes
 - Dia 11/12/97 - Demésio Garcia, proprietário da Real Muebles (Paraguai).
- A todos um sem fim de Felicidades.

Voce sabia?

-Por volta do Século VIII, todo o Ocidente e parte da Germânia estavam convertidos ao cristianismo.
-A Bíblia é o maior bestseller do mundo. Calcula-se que, desde sua primeira impressão fora vendidos mais de 2.500.000.000 de Bíblias.

In Foco



O Zagueiro da Seleção Brasileira Gonçalves (Campeão Brasileiro pelo Botafogo), ao lado do Engenheiro Civil Dr. Marcos Câmara de Moraes, na Praia de Geribá-Búzios/RJ, uma das praias mais bonita e badalada do Brasil.
Duty é Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Bela Vista, e hoje, vem abrilhantar esta coluna.

Nós da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra proclamamos que o ano de 98 é o ano do Senhor. O ano da posse das promessas de Deus!

Espaço Poético

O Coração

O Coração se reparte em dois recantos de luz.
- Um trono, tem numa parte, tem noutra parte, uma cruz!

Quando o pecado abandone e vivo para Jesus.
Cristo se assenta no trono, fico eu pregado na Cruz...

Mas, quando abraço o pecado e morro para Jesus.
no trono fico eu sentado e Cristo vai para a Cruz!

Flash



Do Radialista Armando Loureiro, da Rádio Bela Vista "A Voz do Apa", ladeado por Hélio Godoy e pelo Prefeito de Caracol.

Creche Sara Nossa Terra

A Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, que tem a frente o Pastor Ozriel Rocha e a Pastora Alessandra Rocha, juntamente com os Diáconos, Obreiros e Membros, estão edificando a Creche Sara Nossa Terra, para atender em local próprio, crianças filhas de mães solteiras, mães que trabalham, e que não tem quem cuide de seus filhos.

A Creche já vem prestando relevantes serviços à sociedade, onde atende mais de 20 crianças, à Rua Santo Afonso, perto do Ginásio de Esportes. Colabore com a Creche e seja voce um sócio-contribuinte. JESUS TE AMA!

Água na Boca

Encomende Salgadinhos deliciosos pelo FONE-495-1177. Entrega a domicílio!

"Pensamento"

O Temor a Deus é o caminho da Solução! P.M.P.

A Igreja não se dobrará

O Poder de Deus se aperfeiçoa na fraqueza. Toda dor, perdas e provações que enfrentamos nos tornam mais fortes.
E assim que o povo de Deus tem prevalecido através dos séculos, diante de todo esforço do Diabo em tentar destruir a Igreja e de denegrir a imagem dos filhos de Deus, trazendo divisões e escândalos. Mas a Igreja não se dobrará, pelo contrário, ela se levantará mais gloriosa e com maior poder. As portas do Inferno jamais prevalecerão.

Seja Bem-Vindo



O Cabo Ferreira foi transferido da cidade de Caracol, e em seu lugar assumiu o caracolense de coração - Cabo Deluqui.

Ao Cabo Ferreira

Desejamos sucessos na sua nova jornada e ao Cabo Deluqui que seja sempre Bem-Vindo!

1º Batizado de Capoeira em Caracol

No dia 20 de Dezembro, aconteceu em frente da Lanchonete Sky Lanches, o 1º Batizado de Capoeira, realizado pela Associação de Capoeira Bahiana - Mestre Guerreiro, que tem a frente, em Bela Vista, e em Caracol, o instrutor Hiato, o qual tem levado o bom nome do nosso esporte, por esse Brasil afora.

É válido lembrar

O apoio do Prefeito Dilmar da Silva Leite, o qual abriu as portas, para que a Capoeira crie raízes em Caracol.

Os Organizadores

Agradecem o apoio do Deputado Hosne Esgaib, que tem incentivado grandemente esta Academia.

O Apoio Jornalístico

É do seu Jornal Tribuna da Fronteira, e o apoio Publicitário da Mity Propaganda.

"CAPOEIRA É ARTE E NÃO VIOLÊNCIA"

Senador Ramez Tebet: Mato Grosso do Sul comemora a chegada do progresso

Brasília - Mato Grosso do Sul está comemorando a chegada do progresso, afirmou o Senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao agradecer, da tribuna, a aprovação, pelo Senado, do pedido que autoriza o Estado a contratar operação de crédito externo da ordem de R\$ 13 milhões. Os recursos serão aplicados na construção da ponte sobre o rio Paraguai, no trecho Miranda-Corumbá da BR-262 e que ligará MS e o Brasil à Bolívia e ao Pacífico.

Após salientar que estava particularmente "com o coração em festa", Ramez Tebet afirmou que "os recursos são poucos, mas serão suficientes para a construção da ponte que, além de interligar a cidade de Corumbá às demais regiões do País, irá permitir o acesso do Brasil, Paraguai e Bolívia ao Pacífico".

- Com essa obra - do maior interesse para o meu Estado e de transcendental importância para o Brasil - o bravo povo de Corumbá terá um sistema de transporte mais eficiente para se deslocar - disse Ramez Tebet, para quem a deliberação do Senado foi oportuna porque coincidiu com a decisão tomada pelo Governo boliviano de construir a rodovia que ligará Porto Suarez, na fronteira com o Brasil, à Santa Cruz de La Sierra.

Ramez Tebet destacou que o empréstimo, com o aval da União, será tomado junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata. O governo de Mato Grosso do Sul terá 20 anos de prazo para pagar a dívida, mas o senador está convencido de que a quitação ocorrerá no máximo em 12 anos, porque o Estado saldará esse compromisso com o que arrecadar do pedágio a ser cobrado após a conclusão das obras.

Tebet foi apertado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS) que disse também se orgulhar "por Mato Grosso do Sul, que tem e terá cada vez mais um papel muito importante para o futuro do Brasil" e disse que o senador Ramez ainda retornará ao governo de MS.

Aprovado no Senado, empréstimo para a ponte deve ter sanção de Fernando Henrique Cardoso

Fonplata vai financiar US\$ 13,4 milhões para a construção da ponte sobre o rio Paraguai, cujas obras começam em 10 dias

O Senado Federal aprovou na manhã do dia 22, o empréstimo de US\$ 13,4 milhões, com garantia da União, que o Estado vai contratar para a construção da ponte sobre o rio Paraguai, que liga Miranda a Corumbá. Os trabalhos devem ser iniciados já no próximo dia 1º de Fevereiro, e a obra deve ficar pronta para utilização em 18 meses.

Na última terça-feira (20), a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado havia autorizado o Estado a emprestar ao Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), contribuindo para que a liberação final fosse aprovada. O projeto deverá ser sancionado integralmente pelo presidente Fernando Henrique.

De acordo com o diretor de engenharia do Departamento de Estradas de Rodagem (Dersul), Hélio José de Figueiredo, os recursos do Fonplata devem chegar ao Estado conforme o andamento da obra, que deve ser iniciada em 10 dias. A contrapartida da administração estadual, segundo ele, é de R\$ 3,4 milhões.

O Governo do Estado terá um prazo de 20 anos para quitar a dívida. O senador Ramez Tebet, que pediu urgência na aprovação do pedido, acredita que em 12 anos o Mato Grosso do Sul terá quitado totalmente o débito. Isso porque, será utilizado no pagamento recursos arrecadados com o pedágio cobrado após a inauguração da ponte.

A ponte ligará o Mato Grosso do Sul à Bolívia, permitindo acesso ao Oceano Pacífico tanto do Brasil quanto de países vizinhos como o Paraguai e a Bolívia. Além dessa vantagem, a obra irá gerar pelo menos 450 empregos diretos.

MS terá 30 mil celulares da Banda B em Maio

Até a primeira quinzena de maio, 30 mil linhas de telefonia celular da Banda B serão colocadas à disposição dos usuários em Campo Grande. O novo sistema digital é considerado um dos mais eficazes e já está sendo operacionalizado em alguns Estados. Em reunião com o governador Wilson Martins, no dia 22, de manhã na Governadoria, o presidente do consórcio Americel S.A., Adalberto Vianna, informou que as obras de infraestrutura estão em andamento e a população terá acesso ao que há de mais seguro em termos de tecnologia.

Vianna disse ao governador que o grupo conta atualmente com os melhores equipamentos e com experiência reconhecida no setor telefonia. "Estamos aqui hoje reafirmando nosso compromisso de oferecer os melhores serviços aos sulmatogrossenses", comentou o presidente do consórcio, ressaltando que o cronograma de implantação do sistema será cumprido dentro do prazo estabelecido. Depois de entrar em funcionamento na Capital, o sistema será ampliado para a cidade de Dourados e região, ainda no segundo semestre deste ano.

Para o primeiro semestre de 1999, estão programadas implantações da Banda B em Aquidauana, Ponta Porã, Corumbá e Três Lagoas. Até o final do ano, os novos serviços telefônicos serão estendidos para o Município de Rio Verde, na região Norte. A expectativa dos diretores do consórcio - que atualmente detém capital majoritário nacional (Preví, Sistel, Banco do Brasil e Funcef), é que até o ano 2.004 mais de um milhão de pessoas tenham acesso à telefonia celular.

O presidente da Americel informou ao governador que as primeiras obras de construção das torres já foram iniciadas. Inicialmente serão espalhadas de 27 à 30 torres na Capital - número considerado suficiente para as primeiras operações - conforme a avaliação de Adalberto Vianna.

Durante o encontro, Wilson Martins destacou a iniciativa da empresa de investir no Estado, observando ainda, que além

de possibilitar a livre concorrência, o sistema irá gerar empregos. Martins aposta que a Banda B irá proporcionar o acesso a maior número de usuários, em razão do novo sistema ser viável e de baixo custo.

Com a Banda B, a habilitação de uma linha telefônica custará inicialmente R\$ 162,00. A taxa de assinatura básica, a mais simples, será fixada em R\$ 24,00, já contabilizado o imposto. Esse valor sofrerá

acréscimo se o usuário escolher pacotes que estejam incluídos outros benefícios.

A própria empresa irá comercializar os aparelhos, que poderão ser adquiridos em parcelas.

Wilson e Lerner ativam ponte da integração

O Governador Wilson Martins participa no sábado (24) da inauguração da ponte sobre o rio Paraná, que liga Guaíra (PR) a Mundo Novo (MS), no Sul do Estado. A obra irá impulsionar a economia dos dois Estados beneficiando principalmente Mato Grosso do Sul cuja produção terá facilidade e rapidez para chegar ao porto de exportação em Paranaguá, no litoral paranaense, além intensificar a integração dos países do Mercosul.

Programada para iniciar às 9:30, horário do Paraná, a solenidade será presidida pelo governador paranaense, Jaime Lerner. Confirmaram presença os ministros Reinhold Stephanes (Previdência), que vai representar o presidente da República, e Eliseu Padilha (Transporte).

Wilson Martins e os Secretários Plínio Rocha (Governo) e Evandro Faustino Dias (Obras) chegam ao aeroporto de Guaíra às 9 horas. Após a cerimônia de abertura da ponte, acontecerão diversos eventos como a Largada

da 1ª Meia Maratona Internacional da Costa Oeste e um desfile de barcos e lanchas.

Com o objetivo de facilitar o acesso das principais cidades paranaenses a grande variedade de matérias-primas encontradas no Estado, o governador Jaime Lerner vai implantar um anel de integração com o Mato Grosso do Sul.

A maior ponte fluvial do Brasil, com uma extensão de 3,6 quilômetros e 108 metros de altura, começou a ser construída pela Eletrosul em 1.986, mas a obra acabou sendo abandonada. A retomada definitiva das obras aconteceu somente dez anos depois.

O Governo Federal e o Paraná investiram cerca de R\$ 27,7 milhões no empreendimento. O Mato Grosso do Sul abriu mão dos recursos que serão angariados com o pedágio da ponte e não precisou contribuir com 10% do custo total da obra. A administração estadual será responsável apenas pela construção da cabeceira da ponte do lado de Mundo Novo, que deve custar aproximadamente R\$ 400 mil.

Mudanças no ensino fundamental são bem aceitas pelas prefeituras

A redistribuição dos recursos para a educação, que virá das contribuições de Estados e Municípios para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), estão sendo discutidas no Encontro pela Melhoria do Ensino Fundamental, no Palácio Popular da Cultura. O seminário, que terminou no dia 23, está sendo ministrado por técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e é direcionado aos Secretários de Educação, administração e finanças dos Municípios para o esclarecimento de dúvidas sobre as mudanças dos investimentos na educação.

De acordo com as novas regras, Estados e municípios vão destinar ao Fundef 15% dos recursos arrecadados pelos Fundos de Participação ICMS, IPI-exportação e Lei Kandir. O dinheiro será distribuído

aos governos e prefeituras para ser aplicado na educação de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental. O valor mínimo a ser gasto com o aluno é R\$ 315,00 por ano. Caso os recursos do Fundo estadual não cubram o valor estipulado, o Governo Federal deverá fazer a complementação.

Alguns municípios podem contribuir proporcionalmente com uma quantia maior do que vão receber, em virtude do número de alunos matriculados, explica o economista e professor da Unicamp, Francisco Luis Lopreato, um dos palestrantes. O Município de Caarapó é um exemplo. Segundo o Secretário de Administração e Finanças, Guaracy Boschiglia Júnior, a Prefeitura deve perder recursos, mas a perda deve ser compensada com a melhoria na qualidade do ensino.

Os recursos do fundo

devem ser aplicados no treinamento de professores e na melhoria de salários defasados nos Estados e Municípios. Essas mudanças vão contribuir para a valorização do Magistério. A criação do Plano de Carreira para a categoria ficará a cargo dos Municípios. "Estamos caminhando para um processo de municipalização do ensino fundamental", comenta Francisco Luis Lopreato.

As alterações na aplicação de recursos da educação estão sendo bem aceitas pelas administrações municipais. "Nova Alvorada do Sul vai ser beneficiada com essa medida", comenta Isabel Vilela Santos, secretária de Educação, explicando que o Município agora poderá contar com mais investimentos na área. Para Iraides Cessel, Secretária de Educação de Ivinhema, os alunos serão os maiores beneficiados.

Pecuária/Agricultura

Famasul prova que a reforma agrária do Governo não funciona

José Armando mostra pesquisas que apontam baixíssima produção e venda de áreas pelos sem-terra

A reforma agrária em Mato Grosso do Sul é o tema de debate na Assembleia Legislativa do Estado, no dia sete de novembro último. A Famasul esteve presente, enquanto que nenhum representante do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST - compareceu para discutir o tema. A iniciativa para a realização da sessão especial do Poder Legislativo foi dos deputados Paulo Corrêa e Cerezo (PMDB), Moisés Neto (PDSB), José Armando (PT) e Edson Hugo (PFL).

Representando a classe produtora, falou o presidente da Famasul, José Armando Amado, que apresentou em sua explanação aos presentes o resultado de duas pesquisas sérias, que apontam para a verdade sobre a reforma agrária da terra como vem sendo conduzida pelo governo federal: um fracasso em termos de produção, inviável na medida em que não para os assentamentos acaba vendendo a terra, sem que os objetivos maiores esperados pelas autoridades federais venham sendo atingidos.

O presidente do Sindicato/MS e ex-presidente da Famasul, Eduardo Machado Metello também discursou, manifestando toda a apreensão dos produtores rurais com o futuro, na medida em que nada vem sendo feito de efetivo para acabar com as invasões de propriedades, prática cada dia mais comum no País e no Estado.

O Superintendente do INCRA no MS, coronel Renato Osório Coimbra, apresentou dados sobre o que o órgão vem realizando no Estado em relação às invasões. Disse que até 31 de outubro de 97 tinham sido registradas 50 ocupações e surgidos 32 novos acampamentos de sem-terra. Salientou que há um estorço de governo no sentido de assentar, até o final de janeiro de Fernando Henrique, um total de 280 mil famílias.

O Superintendente do Presidente da Famasul, Edson Hugo, pode ser acompanhado a seguir.

Quero, inicialmente, agradecer e louvar a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, em oportunizar o debate deste rico e palpitante tema: a reforma agrária no estado.

O tema a ser por nós exposto - A FAMASUL - FÓRUM DE AGRICULTURA NO MATO GROSSO DO SUL - tem caráter de imediato, afirmando que a reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul não é contrária à reforma agrária.

A FAMASUL, acompanhando o pensamento da sociedade brasileira também deseja a reforma agrária. Mas uma reforma agrária que seja feita dentro da Lei, da ordem dos princípios democráticos e, acima de tudo, fazendo-a com eficiência e respeitando o direito de propriedade.

A FAMASUL, ao tempo em que compreende a necessidade de se fazer uma reforma agrária séria, repudia, com veemência, a forma como o Governo Federal a tem conduzido.

Entende a Federação da Agricultura que, o Governo Federal, da mesma forma que na década de 60 estimulou o êxodo rural, face à necessidade de se ter mão-de-obra farta e barata às indústrias, ele pretende, hoje, com a propalada reforma agrária, transferir os bolsões de miséria que permeiam os grandes centros urbanos para o campo, transformando os assentamentos em grandes favelas.

Como toda a discussão sobre reforma agrária tem se travado de maneira muito

superficial. Isto, em função da falta de informação atualizada e confiável - pretendemos trazer para este debate os resultados apontados por duas pesquisas.

A primeira, realizada em nível nacional pela VOX POPULI, encomendada pela Confederação Nacional de Agricultura.

E a segunda, feita no Estado de Mato Grosso do Sul, fruto de um convênio entre o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, possibilitando, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realizá-la.

As pesquisas vêm suprir a necessidade de informação atualizada e confiável sobre o assunto - estas são as deficiências existentes que foram detectadas por vários setores envolvidos no debate de reforma agrária.

Além disto, acrescentam dados fundamentais para avaliar, por exemplo, o retorno e a eficácia do investimento feito com o dinheiro público na atual fórmula de assentamentos. Isto é importante na medida em que o governo federal afirma que cada família assentada custa em torno de US\$ 50 mil.

Neste sentido, as pesquisas são ferramentas que permitirão, a partir de agora, discutir o modelo de reforma agrária com um nível maior de informação.

Os dados obtidos podem, por exemplo, ajudar a confrontar os três argumentos básicos que o governo utiliza para defender o seu modelo de reforma agrária com a realidade dos assentamentos já instalados e funcionando há vários anos:

1º - O econômico: "a reforma agrária aumenta a produção, gerando excedentes comercializáveis".

Ora, as pesquisas mostram um modelo agrícola basicamente de subsistência, onde os excedentes, quando existem, quando existem, são inexpressivos.

2º - O social: "a reforma reduz a migração, permitindo condições razoáveis de vida ao cidadão beneficiário".

Os números demonstram uma taxa de fixação baixa e certamente a manutenção do êxodo existente entre os assentados. Imaginem o que poderá ocorrer à uma segunda geração.

3º - O sociológico: "a reforma agrária traz para o mercado consumidor de bens industriais e de serviços parcela da população até então excluída".

O retrato montado pelas pesquisas, indica um número expressivo de famílias fora da faixa de miséria. Mas elas estão ainda, muito aquém do que se poderia chamar mercado consumidor com condições de estabilidade familiar.

Senhoras e senhores, não venham dizer que estas pesquisas não representam a realidade dos assentamentos.

A pesquisa feita nacionalmente, pela VOX POPULI, por exemplo, escolheu como base para construção da sua amostra, apenas projetos cujas fases de desenvolvimento pressupunham uma estrutura mínima já implantada: abrangem seiscentos e três projetos de assentamentos, com uma vida média de oito anos e com distribuição nacional com um universo pesquisado envolvendo cento e quatro mil quatrocentas e trinta e três famílias.

O estudo realizado no Mato Grosso do Sul pela Fundação Universidade Federal deste Estado fez-se mediante visita dos recenseadores a cada lote de beneficiário da reforma agrária nos trinta projetos do INCRA existentes no Estado.

Estavam cadastrados em 1.996 na

Superintendência do INCRA em Mato Grosso do Sul seis mil trezentas e sessenta e seis famílias beneficiárias da reforma agrária nos seus projetos de assentamentos.

As pesquisas mostram que foram recenseadas pelas equipes da Fundação da Universidade Federal deste Estado, cinco mil oitocentas e quatro famílias nos assentamentos. Dentre os recenseados constam além dos beneficiários, os pré-assentados, assentados e titulados.

Na contagem das equipes da UFMS, hum mil e sessenta famílias são de agregados e quatrocentas e noventa e sete correspondem a irregulares. Outras quinhentas e trinta e oito apresentam-se sem identificação cadastral.

Ou seja, foram encontradas mais de duas mil e noventa e cinco famílias nos assentados, não constando do cadastro dos beneficiários.

Não foram recenseadas duas mil e oitocentas e nove famílias beneficiárias, que não encontravam-se nos lotes no momento da visita dos recenseadores aos assentamentos.

As pesquisas revelam, estreme de dúvidas, o êxodo que está havendo nos assentamentos além da mudança de mão dos lotes doados pelo Governo Federal aos assentados.

Assim é que, por exemplo, no assentamento denominado SUCURIÚ, das duzentas e trinta e nove famílias inicialmente assentadas, foram encontradas somente cento e dezessete.

No TRAMARINEIRO II, das quatrocentas, apenas duzentas e oitenta e oito. E, no pré-assentamento SUL-BONITO, das quatrocentas, somente cento e oitenta e três.

Por outro lado, a pesquisa realizada pelo Instituto VOX POPULI mostra de 71% dos assentados eram assalariados ou arrendatários, isto, decorre da política cruel e desumana do Governo Federal, no tocante à agricultura.

De fato, o Governo Federal com sua política de juros exorbitantes tem inviabilizado a agricultura. E, pasmem, o grande contrasenso é expulsar mil pessoas do campo para assentar cem. E estes mil, que foram expulsos, encontravam-se no campo; nas terras em que, bem ou mal, podiam produzir. Eles também já tinham tradição na agricultura e na pecuária.

Fala, o Governo Federal, em fixar o homem na terra, mediante seu projeto de reforma agrária. As pesquisas mostram, entretanto, que isto está longe de ocorrer. E comprovam que, em 66% das residências não há esgoto - nem sequer uma fossa. E, em 61%, a água vem de poço, cisterna, rio, córrego ou açude.

Estas famílias que têm em média 3 filhos, com acesso, no máximo, ao ensino primário, só conseguem receber energia elétrica em apenas 60% dos domicílios que surgem nos assentamentos.

Outro ponto de estrangulamento da tentativa de reforma agrária do Governo Federal encontra-se no baixo nível tecnológico existente nos assentamentos. Apenas 17% usam tratores. Dos equipamentos utilizados 57% são de uso comunitário.

A tão decantada melhoria de vida que os assentados teriam, desmorona-se com os índices apurados na pesquisa.

A renda per capita mostrada na pesquisa nacional é de R\$ 26,43 (Vinte e Seis Reais e Quarenta e Três Centavos). Portanto, se levado em conta os cinco componentes da família, chega-se a um valor de R\$ 132,14 (Cento e Trinta e Dois Reais e Quatorze Centavos) por mês.

A maioria dos projetos de assentamento

(60%) não recebe nenhum tipo de assistência médica ou hospitalar. Oitenta e dois por cento dos entrevistados pela pesquisa da VOX POPULI não tem conta em banco e 28% estão com dívidas no crédito rural. E o que é mais grave: sem conseguir pagá-las.

E a assistência técnica? A pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul revela que só há 32,6% de atendimento de assistência técnica nos assentamentos. E esta assistência é classificada entre o regular e o precário.

Finalmente, outra questão importante para o debate é a discussão sobre a Sistemática de desapropriação por interesse social, estabelecida pela Instrução Normativa Nº 8, da então presidência do INCRA publicado no Natal de 93.

Tal norma mostra bem o que é a burocracia no Brasil. Tecnocratas, ocupando os gabinetes com ar-condicionado em Brasília, decidem sobre a vida de milhões de brasileiros. E decidem sem base alguma, sem qualquer conhecimento técnico da questão.

Um exemplo de tal absurdo: é a fixação em unidade animal, que o INCRA denominou chamar de grau de eficiência e exploração.

O Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte, entidade sediada em nossa cidade e reconhecida internacionalmente, foi alijada do processo. O índice utilizado pelo INCRA foi determinado pela UNICAMP.

Como se a Universidade de Campinas fosse conhecida e respeitada pelas suas escolas de agronomia e veterinária, ao invés da faculdade de economia.

Como admitir que um boi de 2 (dois) anos tenha valor correspondente a 0,37% de uma unidade animal. E o búfalo? Não importa se, reprodutor ou recém nascido tenha o valor de 1,2 unidade animal.

E como pretender comparar as terras de Ribas do Rio Pardo com as de Dourados, para efeito de suporte de peso de gado?

Não é injusto. Não é desumano, penitenciar aquele produtor que pensando em investir em sua propriedade, a fim de torná-la mais produtiva, venda parte de seu rebanho a fim de reformar pastagens. E daí, quando o INCRA vai vistoriá-la julga-a improdutivo?

E aquele produtor que acreditou na agricultura, estimulado pelo Governo Federal e que após ser assaltado pelos juros exorbitantes, resolveu vender seu rebanho para quitar sua dívida bancária. Também o INCRA, o tipifica como improdutivo.

Se o princípio da isonomia fosse respeitado neste País, ou seja, tratamento igual entre os cidadãos; não teriam que ser devolvidas aos proprietários, as terras destinadas aos assentamentos, que não preenchem os índices estipulados pela Instrução Normativa Nº 8 do INCRA?

As pesquisas desenvolvidas pela Fundação da Universidade Federal, existente neste Estado, mostram que nem um dos 30 assentamentos, por ela pesquisados, preenche os índices estipulados pela Instrução Normativa Nº 8 do INCRA.

Em rápidas pinceladas, este é o entendimento da FAMASUL sobre a reforma agrária em nosso Estado.

Reiteramos, mais uma vez, a disposição de levar adiante o debate contribuindo para a execução de uma reforma agrária séria, sem demagogia, sem populismo e que efetivamente não onere mais ainda a sociedade brasileira. Que seja feita dentro da ordem e paz no campo e, principalmente, dentro da legalidade.

Muito Obrigado.

Prefeitura Municipal de Caracol/MS

Portaria Nº 001/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

- Adão José da Cunha Rodrigues, Adão Serper, Adelaide Auxiliadora R. Scardin, Carlos Antonio Gouvea, Cledir Leite Godoy, Diana Lopes Leite, Eva Arce, Sindara Leite Serena, Kerly O.G. Malheiros, Mario Francisco Veiga, Manoel Tadeu R. Scardin, Marcellene A.M. Souza, Mariza Leite Ibanhes, Sandra L. Scardin, Suely Losekann, e Zilma Maria Rodrigues Leite, todos eles Professores, referente ao período de 96/97;

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, 19 de Janeiro de 1998
Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal

Portaria Nº 002/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder férias regulamentares aos funcionários abaixo relacionados:

- Leodil F. Leite Lopes, Aux. Serv. Gerais, ref. ao período de 96/97;

Leslie Maria Avalos, Aux. Serv. Gerais, ref. ao período de 96/97;

Moacir da Silva Leite, Zelador, ref. ao período de 96/97;

Sulmeire Leite Vieira, Professora, referente ao período 97/98;

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, em 19 de Janeiro de 1998
Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal

Portaria Nº 003/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

- Darcí Souza Leite, Motorista, período 97/98;

Oriovaldo Brites, Oper. Máquinas, ref. 95/96;

André Tadeu Ôcampos, Coord. Cultura, ref. ao período 97/98;

Ademar Alves A. Junior, Diretor Escolar, período 96/97;

João Souza Vilalba, Diretor Dep., ref. 97/98;

Raul Carlos Bambil Paiva, Diret. Adjunto Dep. Cultura, período 97/98;

Alberto Arguelho Neto, Contínuo, ref. 96/97;

Antonio Infran, Zelador, período 96/97;

Apolonia Ajala, Zelador, ref. 96/97;

Caliza Souza Gutierrez, Merendeira, ref. 96/97;

Elvio Leite, Zelador, ref. 96/97;

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, 19 de Janeiro de 1998
Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal

Portaria Nº 004/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo...

RESOLVE:

I - Conceder férias regulamentares aos funcionários abaixo relacionados:

Emidia de Melo Leite, Merendeira, ref. 96/87;

Ermindo Lidio Heidrich, Aux. Serv. Gerais, ref. período 96/97;

Eudalia Horteiga Leite, Merendeira, ref. 96/97;

Fermina Ibanhes de Souza, Merendeira, ref. período 96/97;

Joanir Lopes Leite, Merendeira, ref. 96/97;

Nadir Leite, Zelador, ref. 96/97;

Sidney Leite Pereira, Zelador, ref. 97/98;

Teofila Maciel Arruda, Merendeira, ref. 96/97;

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, em 19 de Janeiro de 1998.

Portaria Nº 005/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Eugenio Gonçalves, Evodio Ajala, Alexandre Colares, Castor Alves, Claudio Garcia Palermo, Elena Lopes, Evaniilda Alves Leite, João Galcano, Suzanir de Jesus A. Coelho, todos Professores, ref. ao período 96/97;

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, 19 de janeiro de 1998
Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal

Portaria Nº 006/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Delmira Arguelho Ovelar, Professora, ref. ao período 96/97;

Jelvane Roberto Meidrich, Operador de Máquinas, ref. período 96/97;

Israel Gutierrez, Aux. Serv. Gerais, ref. período 95/96;

Cecilia Teixeira

Cardoso, Aux. Serv. Gerais, ref. período de 96/97.

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, em 19 de Janeiro de 1998
Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal

Portaria Nº 007/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio por assiduidade à funcionária abaixo:

Honoria de Souza, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao quinquênio 90/95.

II - Cumpra-se e Publique-se Paço Municipal, 19 de Janeiro de 1998
Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal

Portaria Nº 008/98

Dilmar da Silva Leite, Prefeito Municipal de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere o cargo... RESOLVE:

I - Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença-Natalidade de acordo com o estatuto dos Servidores Municipais, à funcionária Orlinda de Souza Garcia, lotada na Secretaria geral, no cargo de Assistente de Administração, a partir de 15 de janeiro de 1998 com retorno em 15 de maio de 1998.

II - Cumpra-se e Publique-se Dilmar da Silva Leite - Prefeito Municipal



Uma Variedade de Sabores

MELHOR SORVETE DA CITY

Sistema Selv Serviço



Rua Barão do Ladário, S/Nº
(Frente ao Posto Nacional) Bela Vista/MS



Floricultura Pet Shopping Criação
Dê Flores à quem você AMA

Rua Duque de Caxias, 1298 - 439-1102

Leite de Cabra - Queijo de Cabra Tipo Frescal - Você pode adquiri-lo pelo 439-1533 ou à Rua Duque de Caxias, 1298 - Centro - Bela Vista/MS

Rua Duque de Caxias, 1298 - Bela Vista
Com. 439-1533 - Res. 439-1102

Postos do BB para Municípios que ficaram sem Agência Bancária

O Deputado Saulo Queiroz discutiu esta semana com o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Paulo César Ximenes, a situação criada em vários Municípios do Estado com o fechamento de Agências do HSBC, antigo Bamerindus.

Na oportunidade o Deputado ressaltou, principalmente a situação crítica em que ficarão cerca de 18 Municípios onde o HSBC era a única agência existente, situação, por exemplo de Anastácio, Coronel Sapucaia, Rochedo, Rio Negro, Novo Horizonte do Sul, Anaurilândia, Tacuru, Vicentina e Bandeirantes.

Na opinião do Deputado nestes Municípios e em outros que o estudo do Banco indicar, cabem perfeitamente Agências do Banco do Brasil, pelo potencial econômico das praças.

Como o Banco do Brasil vai concentrar todo o movimento bancário do Governo do Estado a contrapartida indispensável é o cuidado com os interesses da comunidade sul-matogrossense, não podendo, em nenhuma hipótese, que tantos Municípios paguem a conta da mudança da Conta do Governo do HSBC para o Banco do Brasil.

O Presidente do Banco do Brasil assegurou ao Deputado que vai se empenhar pessoalmente para que não haja prejuízos para estes Municípios, buscando soluções inclusive com a participação dos Prefeitos, quando for necessário.

O Presidente do Banco do Brasil garantiu, inclusive, que visitará o Estado no próximo dia 31 e que naquela oportunidade irá assumir compromisso público de que o Banco do Brasil não deixará nenhum Município sem ser atendido.



HOTEL CANAÃ

DE: PACÍFICO SILVA BALTA

Apartamentos
DUPLOS
TRIPLOS
QUÁDRUPLOS
1 PESSOA

HOTEL CANAÃ, no centro da cidade com 39 Apartamentos todos com ar condicionado, frigobar, TV em cores, telefone já informatizado, banheiros com finíssimo acabamento todos com bidê e ducha, todas as portas dos apartamentos decoradas, mobílias todas novinhas em cerejeira, estacionamento coberto

Rua Coronel Pilad Rebuá, 1376 - Centro - BONITO/MS
PBX: (067)255-1255 - 255-1180 - Res. 255-1148 - FAX 255-1282

CARACOL

1ª Dama Catarina e Vereadora Nena levam atendimento médico ao Alto Caracol

Deputado Federal Oscar Goldoni reivindica Posto Telefônico para Rancho Queimado em Caracol

Atendendo a solicitação da comunidade caracolense, através de sua representante Dona Genilce Ferreira Leite, o Deputado Federal Oscar Goldoni, solicitou ao Presidente da TELEMS Sr. Wolney Arruda, a possibilidade de implantação de Posto Telefônico para atender a região do Rancho Queimado.

O presidente determinou a sua competente equipe técnica operacional, o estudo da demanda local, para verificar a provável instalação de um Posto Telefônico Digital, pelas vantagens e comodidades que o mesmo oferece, dispensando o uso de mão de obra, necessitando apenas de um

ponto de venda de cartões.

O estudo foi aprovado e incluído, no planejamento da TELEMS para o ano de 1998, devendo o mesmo ser instalado as margens da rodovia Caracol/São Carlos, na propriedade do comerciante Adão Sesper. Para o 1º Secretário do Diretório Municipal do PMDB e companheiro de Oscar Goldoni, Carlos Roberto Hespport o "Kalica" a constante presença do Deputado em Caracol, atendendo as solicitações da comunidade, e a sua fidelidade de continuar no partido que o elegeu, facilitará o trabalho de proporcionar-lhe uma votação expressiva em nossa cidade.



Deputado Federal Oscar Goldoni

Com apoio do Prefeito Dilmar Leite, que tem uma enorme gratidão para com a comunidade do Alto Caracol, e possui a Saúde como uma das prioridades de seu governo, estiveram presentes na região levando este importante benefício a 1ª Dama Catarina Sorriha Leite e a Vereadora Doralina Rodrigues Leite (Nena), que bastante atuante junto ao Alto Caracol, foi quem reivindicou o serviço.

O competente Dr. Rigoberto Cavalheiro, acompanhado do enfermeiro Eraldo dos Santos realizou 48 atendimentos médico, para satisfação dos beneficiados, que estão há 50 km do atendimento médico mais próximo.

Para solucionar definitivamente, este problema o Prefeito Dilmar Leite, tem no planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, a reforma do Posto de Saúde e o seu cadastramento junto a Secretaria de Saúde do Estado, beneficiando-se desta forma com o recebimento de medicamentos, a serem distribuídos às famílias de baixa renda, com a apresentação de receita médica.

Colocamos este espaço a disposição do competente Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jorge Cafure Junior, para divulgação de eventos que busquem angariar fundos para a reforma do Posto de Saúde do Alto Caracol.

1ª Dama Catarina consegue aumento do número de cestas básicas

O trabalho da incansável, 1ª Dama de Caracol teve neste início de 98, o reconhecimento da CONAB/SUREG MS, com o aumento de 41 cestas básicas, passando portanto com essa contemplação, de 381 para 422 o número de famílias beneficiadas com o Programa. A 1ª Dama Catarina realizou pessoalmente o serviço, de complementação do cadastro das famílias à serem beneficiadas, de acordo com o grau de carência dos mesmos, para fins de inclusão na próxima programação de aquisição dos produtos. Agradecemos ao Aluiz Borges Gomes, Superintendente Regional da CONAB/MS, que sempre com a "existência Social" é um dever do Estado.

Revestida de um espírito de solidariedade, como poucos, a 1ª Dama de Caracol Catarina Sorriha Leite, tem a seu favor esta importante liderança, que dá a quem a possui capacidade conciliadora para conciliar ou su-



1ª Dama de Caracol, Catarina Sorriha Leite

primir desinteligências. Pois dirigir não é apenas mandar é saber solicitar aos outros a colaboração necessária, é colaborar e próprio chefe com os seus dirigidos. A isso chamamos sentimento do auxílio mútuo que o egoísta geralmente não vê ou não quer ver, pois o isolamento e vaidades políticas impede a compreensão de tais verdades.

No trabalho cotidiano do dia-a-dia, inúmeras vezes

acompanhamos o trabalho da 1ª Dama Catarina, e pudemos constatar que realmente é coroadada de êxitos, seu trabalho de "Planejamento Semanal" de tal maneira, que a mesma sabe exatamente o que fazer naquele dia, desde que amanheça até o anoitecer, talvez seja esta a fórmula do sucesso de seu trabalho, que tem aprovação da maioria da população de Caracol.

Parabéns Caratarina!

Requerimentos da Vereadora Doralina (Nena) no Exercício de 97

Requerimento Endereçado ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul:

Solicitou: - Viabilização de Recursos, para a construção de um Centro Poliesportivo (Ginásio de Esportes) em Caracol.

Requerimentos Endereçados ao Prefeito Municipal de Caracol:

- Reforma da ponte que dá acesso ao Touro Mouro sobre o Córrego Porteira; Patroamento das estradas vicinais do Alto Caracol; Patroamento da estrada que dá acesso ao Dest. Militar de São Carlos.

Requerimento Endereçado ao Secretário Municipal de Saúde:

- Viabilização de reforma do Posto de Saúde do Alto Caracol, em 98 e dotar o mesmo de materiais de primeiros socorros.

Requerimento Endereçado ao Diretor Presidente da TELEMS:

- Implantação de dois Postos Telefônicos: Rancho Queimado e Alegre-I; Solicitação de instalação de Orêlhão em frente ao Dest. do 10º RC Mec em Caracol.



Vereadora Doralina (Nena)

Requerimentos do Vereador Prudêncio Montiel (Pupe) no Exercício de 97

Requerimento endereçado ao Secretário Estadual de Saúde:

- Aquisição de Consultório Odontológico completo, para a Escola Estadual Dr. Rubens de Castro Pinto em Caracol.

Requerimento endereçado ao Diretor Presidente da TELEMS:

- Extensão e Comercialização de 200 móveis celulares para Caracol.

Requerimento endereçado ao Presidente da ENERSUL:

- Possibilidade de isenção do pagamento

de energia elétrica das entidades abaixo: Feira Livre Esperança, Club do Laço Retiro Caracol e Hospital.

Requerimentos endereçados ao Prefeito Municipal de Caracol:

- Raspagem da área ao lado da Escola Municipal João José Leite Silva para um campo de futebol de areia; patroamento da estrada que dá acesso a Fazenda Esperança; possibilidade de doação de 200 litros de combustível ao mês para as Polícias Civil e Militar de Caracol.



CENTRO EDUCACIONAL MARIA AUXILIADORA

Atmos - Respeito - Liberdade - Disciplina

JARDIM À 4ª SÉRIE

- Atenção individualizada, sem necessidade de professor particular, atendimento integral.

- Recuperação paralela e contínua, conforme as necessidades da criança.

- Número limitado de alunos

- Atenção especial à potencialidade da criança

- Desenvolver o espírito patriótico

- Incentivo ao esporte

- Aulas de Inglês e Espanhol

- Catequese aos que quiserem.

"O ambiente escolar não pode nunca repor, mas só acrescentar ao ambiente de casa"

Matrículas Abertas

☎ 439-1356 - Horário das 7:30 às 11:30; 13:30 às 16:00
Rua Guia Lopes, 810 - Bela Vista/MS